

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred
Recife/PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucard
CNPJ/MF nº 04.146.333/0001-84

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	207.390	150.570	CIRCULANTE	76.501	72.479
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	1.546	1.406	DEPÓSITOS (NOTA 10)	45.835	36.039
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 04)	104.059	65.851	Depósitos à Vista	12.449	10.646
Centralização Financeira - Cooperativas	104.059	65.851	Depósitos Interfinanceiros	4.174	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	83.021	72.714	Depósitos a Prazo	29.212	25.393
Operações de Crédito	87.020	76.540	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	137	110
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.999)	(3.826)	Recursos em Trânsito de Terceiros	137	110
OUTROS CRÉDITOS	17.935	9.750	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 11)	1.301	17.917
Rendas a Receber	439	403	Empréstimos País - Outras Instituições	1.301	17.917
Diversos (NOTA 05 e 06)	17.754	9.483	OUTRAS OBRIGAÇÕES	29.228	18.413
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 05)	(258)	(136)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	46	66
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	829	849	Sociais e Estatutárias	7.093	2.613
Outros Valores e BENS	825	825	Fiscais e Previdenciárias	374	781
Despesas Antecipadas	4	24	Diversas (NOTA 12)	21.715	14.953
NÃO CIRCULANTE	252.688	192.764	NÃO CIRCULANTE	309.351	198.426
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	252.688	192.764	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	309.351	198.426
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	237.897	181.863	DEPÓSITOS (NOTA 10)	218.902	156.850
Operações de Crédito	241.961	185.345	Depósitos Interfinanceiros	15.152	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(4.064)	(3.482)	Depósitos a Prazo	203.750	156.850
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 05 e 06)	2	1	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 11)	90.449	41.576
Diversos	2	1	Empréstimos País - Outras Instituições	90.449	41.576
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	-	2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74.226	72.429
Despesas Antecipadas	-	2	CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	52.355	51.522
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	7.191	6.207	De Domiciliados no País	60.425	57.555
Outros Investimentos	7.191	6.207	(Capital a Realizar)	(8.070)	(6.033)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09)	7.598	4.691	RESERVAS DE SOBRAS	14.606	8.638
Imóveis de Uso	5.334	4.414	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	7.265	12.269
Outras Imobilizações de Uso	4.217	1.792			
(Depreciação acumulada)	(1.953)	(1.515)			
INTANGÍVEL (NOTA 09)	-	-			
Outros Ativos Intangíveis	202	202			
(Amortização acumulada)	(202)	(202)			
TOTAL DO ATIVO	460.078	343.334	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	460.078	343.334

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucard
CNPJ/MF nº 04.146.333/0001-84

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	31.463	-	31.463	58.982	1	58.983	54.878	-	54.878
Operações de Crédito	31.463	-	31.463	58.982	1	58.983	54.878	-	54.878
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(12.969)	(6)	(12.975)	(23.761)	(10)	(23.771)	(17.624)	(1)	(17.625)
Operações de Captação no Mercado	(6.599)	(6)	(6.605)	(12.729)	(10)	(12.739)	(11.409)	(1)	(11.410)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.006)	-	(4.006)	(7.394)	-	(7.394)	(5.934)	-	(5.934)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.364)	-	(2.364)	(3.638)	-	(3.638)	(281)	-	(281)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18.494	(6)	18.488	35.221	(9)	35.212	37.254	(1)	37.253
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(11.006)	230	(10.776)	(20.631)	527	(20.104)	(16.863)	10	(16.853)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	86	1.155	1.241	160	1.910	2.070	166	715	881
Rendas de Tarifas Bancárias	456	-	456	954	-	954	849	-	849
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(6.355)	(212)	(6.567)	(12.506)	(369)	(12.875)	(9.831)	(114)	(9.945)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	(5.797)	(489)	(6.286)	(10.631)	(693)	(11.324)	(8.037)	(355)	(8.392)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(31)	(60)	(91)	(61)	(99)	(160)	(59)	(36)	(95)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-	-	-	-	-	53	53
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	3.298	248	3.546	6.636	441	7.077	4.847	31	4.878
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(2.663)	(412)	(3.075)	(5.183)	(663)	(5.846)	(4.798)	(284)	(5.082)
RESULTADO OPERACIONAL	7.488	224	7.712	14.590	518	15.108	20.391	9	20.400
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-	1	-	1	-	(23)	(23)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.488	224	7.712	14.591	518	15.109	20.391	(14)	20.377
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(18)	(18)	-	(55)	(55)	-	(6)	(6)
Provisão para Imposto de Renda	-	(9)	(9)	-	(27)	(27)	-	(3)	(3)
Provisão para Contribuição Social	-	(9)	(9)	-	(28)	(28)	-	(3)	(3)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(884)	-	(884)	(1.721)	-	(1.721)	(914)	(7)	(921)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.604	206	6.810	12.870	463	13.333	19.477	(27)	19.450
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	463	(463)	-	(27)	27	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.604	206	6.810	13.333	-	13.333	19.450	-	19.450
DESTINAÇÕES	-	-	-	(6.068)	-	(6.068)	(7.181)	-	(7.181)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.119)	-	(3.119)	(3.092)	-	(3.092)
Fates - Estatutário	-	-	-	(484)	-	(484)	(818)	-	(818)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.937)	-	(1.937)	(3.271)	-	(3.271)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(528)	-	(528)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7.265	-	7.265	12.269	-	12.269

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred

CNPJ/MF nº 04.146.333/0001-84

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldo no início do período em 01/01/2018	46.445	4.082	-	6.248	56.775
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(4.963)	(4.963)
Outras destinações	-	-	1.285	(1.285)	-
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	22.942	-	-	-	22.942
Baixas de capital	(20.332)	-	-	-	(20.332)
Resultado do período	-	-	-	19.450	19.450
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(818)	(818)
Reserva Legal - Estatutária	-	3.271	-	(3.271)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.467	-	-	(3.092)	(625)
Saldo no fim do período em 31/12/2018	51.522	7.353	1.285	12.269	72.429
Mutações do Período	5.077	3.271	1.285	6.021	15.654
Saldo no início do período em 01/01/2019	51.522	7.353	1.285	12.269	72.429
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	8.138	-	-	(9.591)	(1.453)
Destinações para reservas	-	2.407	1.096	(2.642)	861
Outras destinações	-	-	-	(36)	(36)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	7.424	-	-	-	7.424
Baixas de capital	(14.836)	-	-	-	(14.836)
Resultado do período	-	-	-	13.333	13.333
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(484)	(484)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.937	-	(1.937)	-
Juros sobre o Capital Próprio	107	-	-	(3.119)	(3.012)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	528	(528)	-
Saldo no fim do período em 31/12/2019	52.355	11.697	2.909	7.265	74.226
Mutações do Período	833	4.344	1.624	(5.004)	1.797
Saldo no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	52.928	9.760	1.520	6.523	70.731
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	(10)	-	-	-	(10)
Destinações para reservas	-	-	861	-	861
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	3.810	-	-	-	3.810
Baixas de capital	(4.480)	-	-	-	(4.480)
Resultado do período	-	-	-	6.810	6.810
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(484)	(484)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.937	-	(1.937)	-
Juros sobre o Capital Próprio	107	-	-	(3.119)	(3.012)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	528	(528)	-
Saldo no fim do período em 31/12/2019	52.355	11.697	2.909	7.265	74.226
Mutações do Período	(573)	1.937	1.389	742	3.495

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucred
CNPJ/MF nº 04.146.333/0001-84

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	7.344	15.506	17.887
Resultado do semestre/exercício	6.810	13.333	19.450
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	534	2.173	(1.563)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	789	755	(1.705)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	96	122	(76)
Depreciação do imobilizado de uso	268	452	345
Amortização do intangível	(1)	-	3
Baixas do ativo permanente	10	17	24
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(140)	1.307	664
Destinações ao FATES	(484)	(484)	(818)
Dividendos SicrediPar	(4)	4	-
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	33.425	38.255	2.505
Redução em relações interfinanceiras ativas	182	-	-
(Aumento) em operações de crédito	(32.510)	(67.096)	(43.784)
(Redução) em relações interfinanceiras passivas	(270)	-	-
(Aumento) em outros créditos	(4.533)	(8.311)	(1.639)
Redução em outros valores e bens	158	21	63
Aumento em depósitos	38.881	71.849	32.914
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	48	27	(136)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	22.070	32.257	10.670
Absorção de dispêndios pelo FATES	(399)	(645)	(222)
Aumento em outras obrigações	9.798	10.153	4.639
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	40.769	53.761	20.392
Aquisição de Investimentos	6	(984)	(831)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.196)	(3.376)	(121)
Aplicações no Intangível	39	-	-
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.151)	(4.360)	(952)
Integralização de capital	3.810	7.424	22.942
Baixa de capital	(4.480)	(14.836)	(20.333)
Juros ao capital próprio	(3.012)	(3.012)	(625)
Distribuição de Sobras	(10)	(1.490)	(4.963)
Destinações para reservas	861	861	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.831)	(11.053)	(2.979)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	35.787	38.348	16.461
Caixa e equivalente de caixa no início do período	69.818	67.257	50.796
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	105.605	105.605	67.257

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Sicredi Pernambucard ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 30/10/2000 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 05 de março de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	1.546	1.406
Caixa	1.538	1.357
Depósitos bancários	8	49
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	104.059	65.851
Total	105.605	67.257

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	86.160	241.145	327.305	258.891
Financiamentos	860	816	1.676	2.994
Carteira total	87.020	241.961	328.981	261.885

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	13.474	2	13.476	5.761
Total	13.474	2	13.476	5.761

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível A	0,50	313.885	249.095	1.569	1.244
Nível B	1,00	8.072	3.666	81	37
Nível C	3,00	7.319	4.906	220	147
Nível D	10,00	5.520	2.918	552	292
Nível E	30,00	1.372	565	412	170
Nível F	50,00	1.164	1.475	582	738
Nível G	70,00	733	684	513	479
Nível H	100,00	4.392	4.337	4.392	4.337
Total		342.457	267.646	8.321	7.444

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.887	36.046	62.027	241.856	341.816	266.841
Comércio	-	42	50	32	124	52
Outros Serviços	24	267	151	75	517	753
Total	1.911	36.355	62.228	241.963	342.457	267.646

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	5.565	1,63	4.752	1,78
50 devedores seguintes	19.123	5,58	16.210	6,06
100 devedores seguintes	25.923	7,57	22.359	8,35
Demais	291.846	85,22	224.325	83,81
Total	342.457	100	267.646	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	7.444	9.225
Constituição de provisão	3.638	281
Movimentação de baixados para prejuízo	(2.761)	(2.062)
Saldo final	8.321	7.444

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.147 (2018 - R\$ 2.791), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 6.907 (2018 - R\$ 4.315).

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	7	32
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	418	34
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	636
Devedores por depósitos em garantia	3.505	2.023
Impostos e contribuições a compensar	4	7
Títulos e créditos a receber (ii)	13.474	5.760
Operações com cartões	239	240
Pendências a regularizar	74	543
Outros	33	208
Total Circulante	17.754	9.483

Títulos e créditos a receber (ii)	2	1
Total não circulante	2	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	825	825
Imóveis	825	825
Despesas antecipadas	4	24
Total Circulante	829	849

Despesas antecipadas	-	2
Total não circulante	-	2

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	6.543	5.727
Sicredi Participações S.A.	641	473
Outras Participações e Investimentos	7	7
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	-	1
Outros Investimentos	6	5
Total	7.191	6.207

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	196.098 ON	151.774 ON	1	1	6.543.391	5.727.177
	444.467 PN	320.783 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,06%	0,05%	0,62%	0,62%	4,05%	3,89%
Capital social	969.491	880.597	164	164	155.922	147.417
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	161.687	156.293
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	1.618	708
Valor do investimento	641	473	1	1	6.543	5.727

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	9.551	(1.953)	7.598	4.691
Imobilizações em curso	-	1.120	-	1.120	-
Terrenos	-	366	-	366	366
Edificações	4%	4.968	(698)	4.270	3.537
Instalações	10%	267	(73)	194	30
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.494	(628)	866	572
Sistema de comunicação	10%	89	(30)	59	19
Sistema de processamento de dados	20%	1.097	(481)	616	135
Sistema de segurança	10%	150	(43)	107	32
Intangível		202	(202)	-	-
Outros ativos intangíveis		202	(202)	-	-
Total		9.753	(2.155)	7.598	4.691

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	12.449	-	-	12.449	10.646
Depósitos Interfinanceiros	-	4.174	15.152	19.326	-
Depósitos a prazo	6.239	22.973	203.750	232.962	182.243
Total	18.688	27.147	218.902	264.737	192.889

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	1.301	17.917
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	1.301	17.917
Outras instituições	-	-
Total circulante	1.301	17.917

Empréstimos no País - outras instituições	90.449	41.576
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	90.449	41.576
Outras instituições	-	-
Total não circulante	90.449	41.576

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	53	-
Provisão para pagamentos a efetuar	1.695	2.826
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 13)	3.456	2.149
Pendências a regularizar	3	100
Operações com cartões	13.178	6.284
Demais fornecedores	401	144
Credores diversos	2.929	3.450
Total circulante	21.715	14.953

NOTA 13 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	143	143	(229)	57
Cível	75	56	(107)	24
Tributária	1.931	1.444	-	3.375
Total	2.149	1.643	(336)	3.456

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	57	143
Cível	Provável	24	75
Tributária	Provável	3.375	1.931
Total		3.456	2.149

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	52.355	51.522
Total de associados	18.304	15.868

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 833 (2018 – R\$ 5.077), sendo R\$ 8.245 (2018 – R\$2.467) via integralização de resultados e R\$ 7.424 (2018 – R\$ 22.942), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 14.836 (2018 – R\$ 20.332).

b) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 20% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva de Expansão de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	13.388	19.456
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(4.016)	(8.172)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	1	-
Provisão resgate de milhas cartão	22	(2)
Brindes e Doações	(1)	-
Receita com atos cooperativos	2.949	8.180
Juros sobre capital próprio	935	1.299
Prejuízo fiscal	24	-
Lucros e dividendos	55	-
Outros	(24)	(1.311)
Subtotal	3.961	8.166
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(55)	(6)

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	104.059	65.851
Outros Créditos - Rendas a receber	49	17
Investimentos (Nota 08)	7.185	6.201
Passivo		
Obrigações por empréstimos (Nota 11)	91.750	59.493
Outras Obrigações - Diversas (Nota 12)	13.161	5.806
Receitas		
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	13	-
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 18)	4.247	3.277
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	7.394	5.934
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 17)	266	17
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 19)	3.357	1.372

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	263	2,11%	92
Depósitos a prazo	1.181	0,51%	661
Operações de crédito	1.763	0,54%	1.486

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	1.819	1.561

NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	171	135
Despesa de aluguéis	521	440
Despesa de comunicação	652	662
Despesa de manutenção e conservação	495	742
Despesa de material	259	142
Despesa processamento dados	1.129	1.049
Despesa de promoções e relações públicas	771	989
Despesa de propaganda e publicidade	853	167
Despesa de seguro	899	382
Despesa de serviços do sistema financeiro	885	343
Despesa de serviços de terceiros	476	226
Despesa de serviços de vigilância e segurança	463	231
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.012	596
Despesa de serviços de transportes	246	158
Despesa de viagem	223	105
Despesa de depreciação e amortização	452	348
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	644	223
Outras despesas administrativas	1.173	1.454
Total	11.324	8.392

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	153	248
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	4.062	3.269
Reversão de provisões operacionais	1.551	617
Absorção de FATES	644	222
Outras rendas operacionais	667	522
Total	7.077	4.878

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	164	2.026
Contribuições Cooperativistas	105	83
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	170	90
Contribuição Confederação Sicredi	1.616	7
Cooperativa Central Sicredi Norte/Nordeste	944	1.222
Encargos da administração financeira	20	2
Repasse administradora de Cartões	98	-
Despesas de Cartões - emissão, postagem e processamento	419	802
Outras provisões operacionais	615	311
Outras despesas operacionais	1.695	539
Total	5.846	5.082

NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	73.586	71.957
Nível I (NI)	73.586	71.957
Capital principal - CP	73.586	71.957
Capital social	52.355	51.522
Reservas de capital	14.606	8.638
Lucros acumulados	7.265	12.269
Ajustes Prudenciais	(641)	(473)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	329.118	257.950
Margem de Capital (i)	34.148	41.003
Índice de Basileia (PR / RWA)	22,36%	27,90%
Situação de Imobilização (Imob)	7.602	4.697
Índice de Imobilização (Imob / PR)	10,33%	6,53%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Giovanni Gomes do Prado
Diretor Executivo
CPF: 350.082.704-78

Antonio Medeiros de Souza
Diretor de Operações
CPF: 010.622.394-15

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20